



Pensar a cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



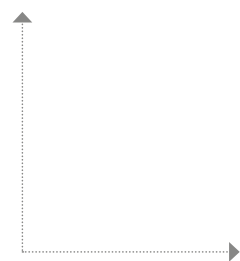
Como será a nova estrutura do Plano Diretor da Capital

Prefeitura confirma que normas para construir terão nova legislação

A revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, em andamento desde 2019, vai resultar em duas leis: a lei principal, de caráter estratégico, e outra normativa, que tratará das regras para construir na cidade. A informação foi antecipada pela coluna no início de maio e confirmada pela prefeitura em reunião do Conselho do Plano Diretor na quarta-feira passada. Hoje, o grupo volta a se reunir de forma híbrida - online e presencial na Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

A criação da Lei de Uso e Ocupação do Solo é novidade para Porto Alegre, que atualmente concentra essas normas na própria Lei Nº 434/1999, na parte chamada de Plano Regulador. Além dessa separação, outras mudanças farão parte da proposta que o

Plano Diretor de Porto Alegre



ESTRATÉGICA
ESPACIAL
GESTÃO DE MONITORAMENTO
INSTRUMENTOS

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

governo Sebastião Melo pretende enviar à Câmara ainda este ano. Conforme a equipe responsável por conduzir a revisão, o propósito é aproximar conteúdo e conceitos com o previsto no Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257/2001).

A seguir está apresentada a estrutura pretendida. As informações são do relatório síntese da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, documento apresentado aos conselheiros ao qual a coluna teve acesso.

Nova estrutura

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

O novo documento terá como referência a estrutura já vigente no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que possui divisões em estratégia, espacial, gestão e monitoramento e uma parte denominada Plano Regulador.

Na proposta apresentada pela prefeitura, a lei do Plano Diretor terá a seguinte estrutura:

- **Componente Estratégica:** Apresenta os objetivos, com suas estratégias e ações advindas da consolidação dos Objetivos do processo de revisão do Plano Diretor.
- **Componente Espacial:** Busca organizar a cidade planejada, indicando onde e como os Objetivos serão aplicados.
- **Componente de Gestão e Monitoramento:** Detalha a estrutura necessária para realizar a gestão e o monitoramento do desenvolvimento urbano, de forma a garantir o atendimento dos Objetivos.
- **Instrumentos:** Para garantir o funcionamento, terá a previsão de instrumentos e ferramentas que podem ser utilizados para promover o desenvolvimento urbano, alinhado ao atendimento dos Objetivos.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Pela proposta, uma lei específica, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, irá substituir o Plano Regulador. Conforme consta no documento, isso se dá "tendo em vista que o Plano Diretor é o instrumento que estabelece as diretrizes gerais da política urbana e a Lei de Uso e Ocupação do Solo possui caráter normativo". Assim, a nova lei pode ser entendida como "um instrumento de ordenamento e controle do uso do solo previsto no Plano Diretor".

Ainda de acordo com o relatório, o papel dessa lei é "organizar a cidade por meio da definição de zonas, parâmetros urbanísticos e regras para o licenciamento de atividades, construções e loteamentos". Ela será dividida em cinco partes: Zonas de Ordenamento Territorial, Parcelamento do Solo, Uso do Solo, Licenciamento Urbanístico e Instrumentos. A Lei de Uso e Ocupação do Solo deverá atender aos Objetivos do Plano Diretor.

Ilhas formarão região de planejamento

No modelo de planejamento urbano atual, o bairro Arquipélago, formado pelas Ilhas do Delta do Jacuí, faz parte da Região de Gestão do Planejamento 2, a mesma que atende bairros como Navegantes, Farrapos e Humaitá. Uma das propostas na revisão é criar uma nova região para atender o bairro - será a de número 9. Isso implicará em aumento no número de representantes do Conselho do Plano Diretor.

Zona Rural

A prefeitura vai propor alteração na Lei Complementar Nº 775/2015, que criou a Zona Rural em Porto Alegre. O objetivo, de acordo com o município, é "adequá-la ao novo Plano Diretor, bem como alteração dos seus limites".

A demanda partiu da população local, principalmente de propriedades rurais e com produção de orgânicos. Segundo informaram à prefeitura, o zoneamento atual limita o desenvolvimento de suas atividades e restringe acesso a financiamentos.

A alteração terá por objetivo restituir a Zona Rural no município como região geográfica, fora dos limites urbanos e não mais como um zoneamento de usos.

Desmatamento do bioma Pampa teve queda de 42% em 2024

Um relatório divulgado pelo projeto MapBiomias aponta queda de 42% no desmatamento do Pampa no ano passado. O bioma, que no Brasil é exclusivo do Rio Grande do Sul, aparece com a menor área de desmatamento da pesquisa: 0,1% do total, ou 896 hectares, segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD), divulgado em maio.

De acordo com o RAD, quase todos os biomas brasileiros tive-

ram redução na área desmatada em 2024. A exceção foi a Mata Atlântica, que se manteve estável com relação a 2023.

A perda de vegetação atribuída aos deslizamentos de terras na enchente de maio de 2024 foi registrada em relatório do SOS Mata Atlântica, divulgado também em no mês passado. Os eventos classificados como "desastres naturais" responderam pela maior parte das áreas desmatadas no ano.

Paralelas

Guaíba: rio, lago, ou...

O Guaíba é rio, é lago ou é um outro corpo hídrico? A audiência pública no Judiciário gaúcho, na sexta-feira passada, durou mais de três horas e teve fala de vários especialistas defendendo suas teses sobre o que o Guaíba é. Apesar das divergências técnicas, o que prevaleceu em praticamente todas as falas foi o entendimento de que o Guaíba é um corpo hídrico importante para as cidades que o cercam e que, por isso, deve ser devidamente preservado. Como encaminhamento, ficou decidida a criação de um grupo técnico de trabalho que auxiliará o Judiciário analisar a questão.

Descarte de resíduos eletrônicos e eletrodomésticos

No sábado, dia 7, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos (Abree) promovem um drive-thru para coleta de resíduos eletrônicos e eletrodomésticos. A atividade será no Parque Moinhos de Vento (Parcão) das 10h às 17h. O objetivo da ação é incentivar a destinação correta dos equipamentos pós-consumo e a logística reversa de resíduos.

AGENDA

Direitos Humanos, Natureza e Processos Predatórios no RS

Com Naira Hofmeister, jornalista, e Valerio Pillar, ambientalista

⌚ 5 de junho, das 14h às 15h

■ Sala de Convergência Adão Pretto da Assembleia Legislativa do RS (Praça Marechal Deodoro, 101 - Centro Histórico)

■ Realização: Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS

4º Fórum de Economia Circular

⌚ 5 e 6 de junho, das 8h30 às 18h

📍 Teatro da Unisinos Porto Alegre (Av. Dr. Nilo Peçanha, Nº 1600)

■ Realização: Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do RS, Revista Plástico Sul e Braskem

📄 Inscrição: sinplast.org.br

Caravana da Reciclagem Popular

⌚ 7 de junho, das 9h às 13h30

📍 Centro de Educação Ambiental e Reciclagem (CEAR) Sepé Tiaraju (Av. Frederico Mentz, 1167 - Navegantes)

📄 Inscrição: [instagram.com/@cearsepetiaraju](https://www.instagram.com/@cearsepetiaraju)

Casas que Contam Histórias: A Herança Italiana nos Espaços que Habitamos

Com Patricia Pasini e Odete e Raísa Bettú Lazzari

⌚ 7 de junho, às 18h

📍 Antigo Terminal do Aeroporto Salgado Filho (Av. dos Estados, 747)

■ Realização: CASACOR RS

📄 Inscrição: casacor.abril.com.br

Direito à cidade e sustentabilidade urbano-ambiental

⌚ 13 de junho, das 9h às 12h e das 14h às 17h

📍 Sede do MPRS (Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80 - 3º Andar)

■ Realização: Ministério Público do Rio Grande do Sul

📄 Inscrição: mprs.mp.br/eventos/inscricao/1315